



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006**

RESOLUÇÃO Nº 050/2024 – CME

Estabelece Diretrizes Municipais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelas instituições educacionais arroladas no Sistema Municipal de Ensino.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BACABAL - MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na Lei que organiza o Sistema Municipal de ensino (Lei nº 1.295/2016) de 24 de fevereiro de 2016; na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014); na Resolução Nº 1, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação – CNE de 30 de Maio de 2012; o Plano Municipal de Educação Lei nº 1275/2015, de 08 de junho de 2015, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todas as pessoas independente da cultura, raça, gênero e religiosidade.

RESOLVE:

Art. 1º. A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e transformação social, deve fundamentar-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade;
- VII - sustentabilidade socioambiental.

[Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the right that appears to read 'Lauwob' and several smaller ones on the left and center.]



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006**

Art. 2º. A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articular-se-á às seguintes dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Art. 3º. Os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas devem ser ministrados com base na interdisciplinaridade e contextualização no âmbito de todo o currículo escolar, na Língua Portuguesa, História, Arte, Literatura, Geografia e Ensino Religioso, perpassando pelos demais componentes curriculares.

Art. 4º. A proposta pedagógica em Direitos humanos deve valorizar a todas as pessoas, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, meio socioeconômico, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral.

Parágrafo único - A proposta curricular, integrada à proposta pedagógica, de que trata o caput deste artigo, deve contemplar conteúdos programáticos referentes aos direitos humanos naturais e universais, pois independem de qualquer ato normativo, e valem para todos, além fronteiras; são interdependentes e indivisíveis, não podendo separá-los, aceitando apenas os direitos individuais, ou só os sociais, ou somente ainda os de defesa ambiental, já que são essenciais e indispensáveis para a vida com dignidade.

Art. 5º. O Regimento Escolar, lei interna e definidora das ações no âmbito escolar deve seguir ao disposto no Artigo 1º do Regimento Interno da Educação Básica, homologado pela Resolução 004/2014 de 09 de julho de 2014 do Conselho Municipal de Educação - CME.

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006**

Art. 6º. Os conteúdos programáticos, a que se refere o artigo 4º, parágrafo único, desta Resolução, devem ser organizados dentro dos seguintes eixos:

I – o aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade.

II – a educação para a tolerância como um valor ativo vinculado à solidariedade e a empatia (não apenas como tolerância passiva da mera aceitação do outro, com o qual pode-se não estar solidário.)

III – o aprendizado deve levar ao desenvolvimento da capacidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada escolha. Ou seja, deve levar ao senso de responsabilidade consigo e com o outro.

IV – à formação de personalidades autônomas, intelectual e afetiva, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir que não apenas seus direitos, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos.

Art. 7º. As entidades mantenedoras devem possibilitar a formação continuada do corpo docente, técnico-pedagógico e administrativo, tendo como objetivo maior fundamentar o espaço escolar como uma verdadeira esfera pública democrática, rejeitando-se todas as formas de racismo, discriminação e de exclusão social.

Parágrafo único - As coordenações pedagógicas das instituições de ensino devem promover o aprofundamento de estudos, para que os(as) professores(as) concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares, podendo estabelecer canais de comunicação com entidades culturais dos grupos étnicos, com as instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas.

Art. 8º. As instituições de ensino devem cumprir o que dispõe esta Resolução, a partir da data da sua homologação.

Art. 9º. Os casos omissos, a este documento, serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação de Bacabal.

Art. 10. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

APROVADA EM SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE BACABAL/MARANHÃO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006**

Art. 6º. Os conteúdos programáticos, a que se refere o artigo 4º, parágrafo único, desta Resolução, devem ser organizados dentro dos seguintes eixos:

I – o aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade.

II – a educação para a tolerância como um valor ativo vinculado à solidariedade e a empatia (não apenas como tolerância passiva da mera aceitação do outro, com o qual pode-se não estar solidário.)

III – o aprendizado deve levar ao desenvolvimento da capacidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada escolha. Ou seja, deve levar ao senso de responsabilidade consigo e com o outro.

IV – à formação de personalidades autônomas, intelectual e afetiva, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir que não apenas seus direitos, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos.

Art. 7º. As entidades mantenedoras devem possibilitar a formação continuada do corpo docente, técnico-pedagógico e administrativo, tendo como objetivo maior fundamentar o espaço escolar como uma verdadeira esfera pública democrática, rejeitando-se todas as formas de racismo, discriminação e de exclusão social.

Parágrafo único - As coordenações pedagógicas das instituições de ensino devem promover o aprofundamento de estudos, para que os(as) professores(as) concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares, podendo estabelecer canais de comunicação com entidades culturais dos grupos étnicos, com as instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas.

Art. 8º. As instituições de ensino devem cumprir o que dispõe esta Resolução, a partir da data da sua homologação.


Art. 9º. Os casos omissos, a este documento, serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação de Bacabal.


Art. 10º. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

APROVADA EM SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE BACABAL/MARANHÃO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO**
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006



Rosimar Monteiro dos Santos
Presidente – CME
Lei nº 1009-20/02/2006


Samara Ramos Botelho
Vice-Presidente – CME
Lei nº 1009-20/02/2006


Maria Ivonete dos Santos Araújo
Secretaria Executiva – CME
Lei nº 1009-20/02/2006


Marenhe da Silva
Conselheira – CME


Jordânia Sales Sousa
Conselheira - CME


Antonio dos Reis Machado
Conselheiro - CME


Luciana Conceição Sousa
Conselheira - CME



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
BACABAL – MARANHÃO**
Criado pela Lei Nº 1009/06 de 20/02/2006

Gilvane Silva Ramos
Gilvane Silva Ramos
Conselheira - CME

Jordevane Alves da Silva
Jordevane Alves da Silva
Conselheira – CME

Elizabete dos Reis Costa
Elizabete dos Reis Costa
Conselheira - CME

Ramos

Alves

Costa

Costa

Costa

Costa